



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração à distância

EDER DE SOUZA VIANA

**ACCOUNTABILITY:
Como se processa a accountability na gestão da Prefeitura
municipal de Brasília.**

Rio Branco – AC

2011

EDER DE SOUZA VIANA

**ACCOUNTABILITY:
Como se processa a accountability na gestão da Prefeitura
municipal de Brasília.**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Riezo Silva de Almeida

Rio Branco – AC

2011

Viana, Eder de Souza.

Accountability: Como se processa a Accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília/Eder de Souza Viana – Rio Branco, 2011.

40 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientador: Prof. Msc. Riezo Silva de Almeida, Departamento de Administração.

1. Accountability. 2. Gestão Pública. 3. Governança Corporativa. I. Título

EDER DE SOUZA VIANA

**ACCOUNTABILITY:
Como se processa a accountability na gestão da Prefeitura
municipal de Brasília.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

Eder de Souza Viana

Professor Msc, Riezo Silva de Almeida
Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,
Professor-Examinador

Titulação, nome completo
Professor-Examinador

Rio Branco - AC, 03 de dezembro de 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares que me apoiaram nessa jornada de estudos, especialmente aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial aos professores do curso e especialmente ao professor orientador pela paciência e atitude positiva com relação à elaboração do trabalho.

“A conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira, que por medo da bagunça, preferimos normalmente, optar pela arrumação”.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar em que nível está o processo de accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasiléia. Trata-se de uma monografia de conclusão de curso de Administração, que com enfoque na Gestão Pública, procura analisar a gestão municipal, na tentativa de generalizar esse caso para os demais municípios brasileiros de pequeno porte. A abordagem foi feita a partir de estudo da literatura existente sobre o tema e aplicação de um questionário validado estruturado com questões fechadas para pessoas que participam diretamente da gestão e fiscalização dos recursos do município. A principal novidade relacionada ao estudo está no fato de ser objeto de estudo um município do estado do Acre, que se propõe a ser um dos pólos de desenvolvimento do Estado a partir da integração com os países vizinhos e fronteiriços (Peru e Bolívia). No entanto, são postos como desafios para o próprio crescimento econômico e social do município a necessidade de desenvolver formas de controle social sobre os recursos públicos, ou seja, o desenvolvimento do processo de accountability, hoje incipiente e praticamente inexistente.

Palavras-chave: Accountability. Gestão Pública. Governança Corporativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	16
3.1	Caracterização da organização, setor ou área	16
3.2	Participantes do estudo	17
3.3	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	18
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	30
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICES.....	35
	Apêndice A – Questionário.....	35

1 INTRODUÇÃO

A Accountability trata-se de um tema recente com importância social justificada através da evolução das relações comerciais e também do crescente nível de conscientização dos indivíduos em relação à necessidade de aplicação correta dos recursos públicos.

Assim, tendo em vista a escassez destes recursos para saciar as necessidades básicas da sociedade, apesar de existir farta literatura pertinente ao tema, poucos estudos são focados para a realidade de um pequeno município acriano.

Para melhor entendimento, abordou-se conceito de Governança Corporativa que foi criado nos Estados Unidos no final dos anos 80 e passou a ser difundido na década seguinte, a partir do documento editado em 1992 na Inglaterra, conhecido como Relatório de Cadbury, possuía o objetivo de melhorar o desempenho das empresas europeias, baseando-se nas experiências bem sucedidas existentes em diversas empresas americanas.

No Brasil, o conceito de Governança foi introduzido com maior ênfase em 2002 pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, quando a mesma editou documento denominado “Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa”, compilando as melhores práticas de governança corporativa existentes nos principais centros capitalistas do mundo (CUSTÓDIO et al, 2006).

As condições do Brasil nos últimos anos, principalmente a partir de meados da década de 90, quando foram implementadas diversas reformas no arcabouço legal brasileiro, no que tange as empresas privadas, como é o caso da nova lei das S.A de 2001 e no que tange ao setor público, e, reformada a estrutura da administração pública brasileira favoreceram a disseminação da accountability.

Dessa forma, aumentou-se a necessidade de existir maior participação dos investidores institucionais, da população e maior transparência por parte dos gestores públicos e privados, com relação aos resultados das organizações que administram, sejam esses resultados de cunho financeiro, social ou até mesmo ambiental.

Conforme Lodi (2000) apud Fernandes et al:

[...]a Governança Corporativa, aplicada ao mercado de capitais, precisa revestir-se objetivamente dos seguintes pilares: Fairness (senso de justiça e de equidade para com os acionistas minoritários); Disclosure (transparência); Accountability (prestação de contas); e Compliance (controle).

Atentando-se apenas ao pilar da accountability, pelo fato do tema se referir à Gestão Pública, o enfoque desta pesquisa parte para a reflexão de um novo estágio social brasileiro, onde há sociedade reivindicações populares para exigência de qualidade, eficácia, eficiência, transparência na prestação dos serviços públicos bem como necessidade de disponibilização dos gestores das informações referentes às suas administrações, exercendo, assim fiscalização pela população e controle sobre os gastos públicos de maneira consistente.

No entanto, apesar de todas essas mudanças ocorridas, tem-se verificado a dificuldade de implantação de um sistema que permita verdadeiramente a participação popular na definição e principalmente no controle das políticas públicas, justamente por que grande parte dos governantes municipais por desconhecimento ou por falta de vontade política não estarem dispostos a prestar contas de sua atuação à sociedade, desrespeitando assim, o pilar da accountability.

Portanto, com o intuito de fornecer subsídios para evidenciar e começar a modificar essa realidade, principalmente em pequenos municípios brasileiros, é que ocorre a disponibilidade em se estudar esse tema, tão atual no mundo globalizado, em razão das inter-relações que ocorrem entre os mais variados atores sociais, políticos e econômicos da humanidade.

Nesse contexto, problematiza-se esta pesquisa, realizando o seguinte questionamento: Como se processa a accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília?

Obedece-se, assim, ao pressuposto de que nos municípios brasileiros de pequeno porte, onde estão inseridos os municípios acrianos e, conseqüentemente, o município de Brasília, e fundamenta-se pelo fato do tema accountability ser desconhecido para a grande maioria da população e, portanto, não haver as gestões municipais com foco nesta citada questão.

Depreende-se então que o nosso objetivo geral será demonstrar em que nível está o processo de accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília. A partir do resultado encontrado, utilizaremos o método indutivo para generalizá-lo às demais Prefeituras de municípios de pequeno porte, assim considerados, aqueles

que possuem menos que cinquenta mil habitantes. Também identificar formas de melhorar o nível de accountability da Prefeitura objeto da pesquisa e por fim, constatar a evolução da aplicação do conceito de accountability nas gestões municipais a partir dos anos 90.

Encontra-se justificativa para a exploração do tema, tendo em vista que na atualidade, o mundo e particularmente o Brasil, vem passando por um processo de grandes transformações na esfera política e principalmente na esfera econômica, considerando esse fato, que torna cada vez mais relevante a utilização do princípio da accountability relacionado aos gastos realizados com recursos públicos e, considerando que ao longo dos anos, no Brasil, temos vivenciado cada vez mais o aumento da carga tributária imposta à população e, conseqüentemente, maior nível de valores arrecadados da sociedade.

Notamos ainda, uma preocupação da sociedade relacionada à forma como são realizados os gastos públicos, demandando, portanto, dos administradores públicos, um maior nível de transparência nas contas públicas, ou seja, necessidade de prestação de contas da aplicação do dinheiro público aos verdadeiros donos dos recursos; a população.

De todo modo, vemos que isso tem ocorrido com maior velocidade no nível federal da administração pública e em administrações de cidades maiores e mais populosas do Brasil, de forma que, em municípios menores, com menos de 50000 habitantes, os administradores parece, ainda não perceberem a necessidade de uma ação efetiva nesse sentido, por este motivo acreditamos que a realização dessa pesquisa tenha uma importância fundamental para a sociedade, vez que o fenômeno apesar de ser pesquisado apenas na Prefeitura de um município do interior acreano, deva ocorrer na esmagadora maioria dos municípios brasileiros tendo em vista, essa maioria 90%(noventa por cento) ser formada por municípios de pequeno porte.

Além disso, esta pesquisa tem sua relevância social por auxiliar à população local a obter um maior nível de informação a respeito das contas públicas municipais, identificando formas de melhorar o nível de accountability da gestão municipal, levando assim, a um maior controle social das contas públicas e possibilidade de opinar a respeito dos gastos futuros.

Entendemos como relevante ainda, o fato de que a literatura a respeito do tema existe em grande quantidade, porém sem enfoque específico para municípios

acrianos, portanto, a realização de qualquer trabalho que verse sobre os municípios acrianos, será importante para que possamos entendê-lo melhor, sob diferentes e específicos ângulos de visão.

É importante compreender ainda, que o município de Brasiléia, apesar de ser classificado como de pequeno porte a partir da quantidade de habitantes (17.013 habitantes conforme o Censo IBGE realizado no ano 2000), é um município que possui localização estratégica não só para o Acre, mas também para o Brasil, pelo fato de encontrar-se situado na fronteira do Brasil com a Bolívia e apenas a 110 km da fronteira com o Peru, cortado ainda, pela Estrada do Pacífico, podendo a partir dessa localização geográfica, tornar-se um importante corredor econômico para o país nos próximos anos e sendo atualmente, sem dúvida um polo econômico expressivo do Estado do Acre, pois aglutina a economia de outros três municípios: Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri, isso em razão de sua força política no cenário Estadual, pois é governado há treze anos pelo mesmo grupo político que também comanda o Estado.

Sendo assim, entendemos dada a importância econômica do município para a região que os recursos públicos destinados ao mesmo, devam ser aplicados com zelo, objetivando a incrementar o papel do município de polo regional, mas para isso, a sociedade deve exercer um papel relevante no controle social desses recursos, sendo necessário um maior esclarecimento do conceito de accountability e provavelmente a implementação de melhorias no processo de gestão da accountability no órgão executor das políticas públicas no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ressalta-se que o tema accountability, ainda está em constante construção, sendo marcado por poucas especificidades governamentais sobre o assunto, fato este que dificulta a apresentação e discussão de um referencial teórico para elaboração do trabalho em voga. Apesar disso, pode-se afirmar que o tema é bem atual e a cada dia será mais cobrado dos administradores públicos mecanismos de accountability, ou seja, formas de prestar contas do dinheiro público à sociedade, assim como, formas de incentivar a população a participar das decisões que até então são tomadas unilateralmente pela administração pública.

Retornando há cerca duas décadas atrás verificaram que a partir de então, passos importantes foram dados no Brasil, para que o conceito de accountability fosse realmente incorporado à administração pública, ou seja, foram criados legislações e dispositivos legais que obrigam os administradores a conduzir a administração pública com o mínimo de transparência, no sentido de prestar contas de sua atuação a sociedade e não somente em períodos eleitorais, através de sua plataforma política ou mesmo do voto direto, entre esses mecanismos podemos citar:

a) O Estatuto das cidades (Lei Federal 10257 de 10 de julho de 2001) que entre outras, institui as obrigações de confecção de plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes (Art. 41) e a utilização de mecanismos de gestão democrática das cidades (Art. 43), possibilitando a participação popular na resolução de problemas/conflitos existentes no meio urbano;

b) A lei complementar de nº 101 de 04.05.2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, entre os seus principais aspectos, o mais conhecido refere-se ao estabelecimento de limite para gastos de pessoal com dinheiro público (Art. 18), porém o Capítulo IX que abrange os artigos 48 e 49, trazem a obrigatoriedade da existência de transparência na gestão fiscal, através de participação popular e publicidade do orçamento público, sendo esta uma forma de accountability explícita nesse dispositivo legal.

Os fatores desencadeadores desta pesquisa refere-se à ideia de produzir novos trabalhos, debruçando-se sobre o tema, de forma a analisar o aspecto quantitativo dos estudos, assim como averiguar como as tecnologias da informação e comunicação e o governo eletrônico podem contribuir para aumentar o nível de accountability na Administração Pública, onde foram investigados e analisados diversos portais eletrônicos disponibilizados por governos de estados da federação brasileira aos seus cidadãos.

Afirma-se através do pensamento de Pinho (2005 p.12):

[...] Não se localizou nem “transparência e diálogo aberto com o público” nem mobilização dos cidadãos, ou seja, estamos longe de “uma verdadeira revolução cultural” ou “uma mutação de grande amplitude”, nem “provimento democrático de informações”. Pela análise dos portais, não se visualiza possibilidade de “capacitação política da sociedade”. No sentido ampliado, não há governo eletrônico. As formas frágeis, para não dizer ausentes, de participação corroboram com o quadro traçado por Santos de uma sociedade ainda em estágio pré-participatório portando um descrédito absoluto na eficácia do Estado. Este, por sua vez, pouco se abre, ainda, para a accountability, a não ser aquela já fixada pela lei (o que já é avanço considerável). Surpreende a situação do portal do RS, onde se constata uma involução, o que talvez se explique pela mudança de grupo político no poder.

Tem-se como objetivo, ainda, propôr novas alternativas para a promoção da accountability, em consonância ao trabalho desenvolvido pelo grande escritor Marcelo Santos Amaral.

Para Amaral (2007 p.123):

[...] Do resultado final da pesquisa, ficam as certezas sobre a fraca predisposição que têm as gestões municipais baianas para desenvolver a accountability através de seus portais e, mais especificamente, para promover a participação dos representados no processo de tomada de decisões e o pouco investimento que fazem em projetos de portais web.

A accountability foi introduzida na administração pública como um conceito sinônimo apenas de responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo, evoluindo atualmente para conceitos mais abrangentes, conforme (LAVALLE e CASTELLO, 2008, p 68, apud Lima Filho et al) que versam a respeito também da obrigação de prestar contas, assim como possibilidade de punição, além de existência de instrumentos de controle social.

Ainda, para esses autores a accountability possui duas perspectivas a primeira denominada responsividade e a outra aborda às modalidades de controle que as organizações civis exercem sobre o poder público e suas instâncias administrativas, ou seja, são os mecanismos que possibilitam ao cidadão o exercício do controle direto do Estado. Neste caso, a última perspectiva é a mais aceita no meio literário.

Deve-se ressaltar que a participação popular dependerá também da existência de governos que possam assimilar essa necessidade nos dias atuais, assim como do maior nível de conscientização política de nossa sociedade, considerando que a *accountability* deve ser exercida diretamente pelo cidadão conforme citado anteriormente, ou seja, também há necessidade que se criem formas de mobilizar o cidadão a participar das decisões de cunho administrativo local, sabendo que tal fato ocorrerá a partir do que poderemos chamar de uma “revolução educacional”, pois uma sociedade sem educação não terá condições de controlar ativamente os atos de seus governantes.

Vale lembrar ainda, que a disseminação da prática de *accountability* também traz a reboque maior responsabilização do cidadão, tendo em vista que a partir dessa prática, ele não é mais simplesmente o responsável em delegar suas funções para um representante, mas também de acompanhar as ações desse representante durante o período em que outorgou-lhe o mandato representativo, ou seja, há necessidade de uma cultura política ser vivida pela população brasileira (PINHO e SACRAMENTO, 2009, p 1365, apud LIMA FILHO, et al)

Recentemente Matias Pereira (2010), citando estudo realizado pelo *International Federation of Accountants* - IFAC, afirma com relação à *Accountability* (responsabilidade de prestar contas), que a mesma ao lado de *Openness* (transparência) e *Integrity* (Integridade), são os três princípios fundamentais de governança no setor público.

Vemos então, que ao longo do tempo o conceito de *accountability* vem sendo desenvolvido e disseminado com vistas a possibilitar que o cidadão possa controlar a correta administração e aspectos relacionados ao desempenho de recursos públicos por parte de seus representantes.

Sendo assim, dada sua atualidade, infere-se que o conceito de *accountability* ainda não foi totalmente internalizado pelos administradores públicos brasileiros, porém há necessidade que mecanismos de *accountability* sejam implantados e incorporados a cultura da administração pública, com o intuito inclusive de fortalecer o regime democrático adotado em nosso país, de forma que a população tendo maior acesso a informação e participação nas decisões possa incorporar a responsabilidade pelos resultados a serem alcançados e por outro lado, os governantes, sintam-se inibidos a promover a corrupção, problema intrínseco a

formação política do Brasil, auxiliando assim, o desenvolvimento, cultural, econômico e social brasileiro.

Certamente, a promulgação de leis que obrigam a realização formal de prestação de contas por partes dos governantes de todas as esferas da administração pública (União, Estados e municípios), é um fator que tem servido de propulsor para a disseminação da governança corporativa na administração pública, no âmbito da sociedade brasileira, porém não julgamos ser suficiente para eliminar todos os problemas oriundos, principalmente da formação histórica da sociedade brasileira, especialmente do setor político, que por várias vezes apropria-se do público como se privado fosse.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para se chegar ao resultado da pesquisa ora empreendida, utiliza-se o método indutivo, ou seja, a partir dos resultados encontrados para o ente pesquisado, generalizamos para os demais entes que guardam semelhança de características.

Desta forma, tem-se aqui caracterizada uma pesquisa quantitativa quanto ao problema estudado, tendo em vista, que foi estudada através do método Survey, que produz descrições referentes a uma determinada população, cujos resultados podem ser generalizados para outras situações similares. Esta pesquisa também fez com que os entrevistados emitissem opiniões de forma livre sobre o tema, determinando, assim também ser uma abordagem qualitativa.

Os dados foram coletados primariamente na Prefeitura Municipal de Brasília, objeto da pesquisa, assim como na Câmara de Vereadores do município e também foram consultados populares residentes na cidade (Presidentes de bairros e outros). Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário validado com perguntas fechadas e com adaptações.

3.1 Caracterização da organização, setor ou área

A instituição objeto de estudo é a Prefeitura Municipal de Brasília, conta com cerca de 900 (novecentos) colaboradores, o município atendido pela referida Prefeitura foi fundado em 1910 (mil novecentos e dez) e possui cerca de vinte mil habitantes e obviamente o referido órgão está estruturado a partir da figura da gestora municipal, chefe atual do executivo, eleita nas eleições de outubro de 2008 (dois mil e oito) para um mandato de quatro anos que se encerra em 31 (trinta e um)

de dezembro de 2012 (dois mil e doze), porém é importante frisar que a mesma já havia concluído um primeiro de mandato também de quatro anos no período de Primeiro de Janeiro de 2005 (dois mil e cinco) a trinta e um de Dezembro de 2008 (dois mil e oito). Além da Prefeita, a administração municipal conta com um quadro de assessores diretos nomeados para cargos em comissão de secretários municipais, que são seus principais coadministradores.

3.2 Participantes do estudo

A pesquisa foi realizada a partir de questionários respondidos pelos principais membros da administração municipal (Prefeito e secretários), vereadores municipais (atualmente em número de nove), além de presidentes de bairro (total de oito) e alguns munícipes escolhidos aleatoriamente, assim como através de pesquisas a sites oficiais, buscando dados oficiais que possam fornecer subsídios que possibilitem a comparação dos dados disponíveis, referentes a outras realidades, com os dados coletados.

Assim, a amostra da pesquisa foi formada por cinquenta entrevistados restringindo-se efetivamente ao município de Brasília, tendo em vista, o próprio objetivo de a pesquisa limitar-se a estudar o caso da Prefeitura Municipal de Brasília, em razão deste fato, consideramos que a população escolhida seja suficiente para o fornecimento dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Vale ressaltar que os participantes do estudo foram escolhidos em razão de exercerem cargos fundamentais na Administração Pública municipal (prefeito e vereadores), por serem em conjunto os responsáveis pelo nível de accountability a que é submetida à instituição publica em questão.

Por fim, fizemos questão de aplicar o questionário aos vereadores, pois na Câmara Municipal, por ser um órgão exclusivamente de cunho político-partidário, temos ali a representação de pensamentos diferenciados com relação a

administração municipal, ou seja, vereadores de situação e também de oposição ao governo municipal.

3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Considerando que se optou por uma pesquisa onde foram coletados dados para uma análise quantitativa, sendo a coleta destes mesmos dados efetuados por meio de um questionário composto de perguntas fechadas, preenchidos individualmente pelos respondentes e por fim, usou-se a análise documental, principalmente dos dados oficiais disponíveis na rede mundial de computadores.

O questionário, adaptado de pesquisa empreendida por Lima Filho, et al (2011) que analisou a participação popular através das ferramentas do governo Eletrônico, informava a respeito do objetivo da pesquisa e confidencialidade dos dados e solicitou resposta aos questionamentos a seguir:

1. A administração municipal costuma prestar contas de sua atuação para a sua clientela (sociedade municipal)? Se sim, de que forma isso ocorre, quais dispositivos legais e técnicos utilizado para a realização da prestação de contas?
2. Como você julga o nível de transparência da gestão municipal da Prefeitura?
3. Como poderão ser implementadas melhorias no sentido de dar maior transparência às administrações públicas, especialmente às municipais?
4. De que forma ocorre a participação popular na elaboração do orçamento municipal?
5. Como você analisa a evolução e implementação do conceito de transparência na gestão municipal a partir dos anos 90 e especialmente a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal?

6. Como você avalia a utilização da internet pela Prefeitura Municipal como ferramenta para elevação do nível da transparência?
7. É possível ao cidadão consultar o demonstrativo de execução orçamentária (gastos realizados) da Prefeitura Municipal de Brasília?
8. Existe alguma publicação oficial que você conheça, disponível ao cidadão que apresente os dados orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Brasília?
9. Há informações disponíveis ao cidadão sobre processos licitatórios e contrato de serviços geridos pela Prefeitura Municipal de Brasília?
10. O Governo Federal, alguns municípios brasileiros, assim como empresas privadas têm optado pela utilização da internet, como forma de prestar contas à sociedade/clientela da utilização dos seus recursos financeiros. A Prefeitura municipal desenvolve algum projeto nesse sentido?

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Tendo em vista a utilização do questionário, houve a necessidade de deslocamento do pesquisador até o local de trabalho dos entrevistados (Prefeitura, Secretarias Municipais, Câmara Municipal de Vereadores e Associação de Bairro), com o intuito de sanar eventuais dúvidas, fato este ocorrido entre os dias dezessete a vinte e oito de Outubro do corrente ano.

Para análise de dados, utilizou-se métodos estatísticos, análise facilitada pelo tipo de instrumento de coleta de dados escolhido: questionário com perguntas

fechadas. Desta forma, verificamos a frequência em que foram marcadas as respostas para chegarmos às conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de agora, apresentam-se os resultados da pesquisa, identificando a importância da pesquisa e a necessidade de ampliação do conhecimento da população a respeito do tema, principalmente por parte dos administradores públicos municipais, englobando aí, não somente os chefes do executivo, mas também toda sua gama de assessores e corpo técnico, pois como já citado tópicos anteriores, o advento do regramento jurídico que trata da responsabilidade fiscal, assim requer, não só para melhor aplicação dos recursos públicos, mas também para que seja preservada a integridade penal dos executores orçamentários.

Assim, acredita-se que o desconhecimento de conceitos como Accountability e Governança corporativa, descritos por Matias Pereira (2010), apenas serão plenamente observados no âmbito da administração pública, obviamente, se aqueles que estão momentaneamente chefiando o Poder Executivo, tiverem plena consciência de tais conceitos, caso contrário, sempre surgirá uma ação reacionária por parte da população, quando sentir seus interesses lesados por má-versação dos recursos públicos, para que a realidade sofra transformações.

Frisa-se, ainda a necessidade de controle interno dos gastos públicos, a ser exercido plenamente pelos governantes, cumprindo prerrogativa que é dada pela Constituição Federal e acaso esse por motivos alheios a sua vontade, falhasse nesse papel, que o Legislativo pudesse efetivamente exercer o controle político desses gastos, atuando como verdadeiro fiscalizador, representante do povo, dos gastos públicos.

Neste tópico, colocam-se os resultados da pesquisa empreendida, ao se apresentar os dados colhidos em forma de tabelas com vistas a facilitar o entendimento. Conforme afirmado anteriormente, aplicou-se um questionário com perguntas fechadas de modo a alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos propostos no início do trabalho, ou seja, as perguntas procuraram fornecer respostas que aclarassem como se processa a gestão da accountability na Prefeitura Municipal de Brasília.

Para a primeira pergunta, é focada no conhecimento de qual é a forma que o órgão municipal utiliza para realizar sua prestação de contas junto à sociedade, se o faz e de que maneira.

Tabela 1 – Formas de prestar contas a sociedade

A administração municipal costuma prestar contas de sua atuação para a sua clientela (sociedade municipal)? Se sim, de que forma isso ocorre, quais dispositivos legais e técnicos utilizado para a realização da prestação de contas?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Legislação Municipal, estadual ou Federal	8	16
Internet	2	4
Publicação de demonstrações contábeis	3	6
Reuniões periódicas com representantes da sociedade	35	70
Outros	2	4

Surpreendentemente verifica-se que todos os entrevistados percebem alguma forma de prestação de contas, no entanto, a forma citada com maior frequência foi a realização de reuniões periódicas com a sociedade local, vale ressaltar que essa forma de prestação de contas é muito superficial, pois ocorre na maioria dos casos em reuniões que são realizadas para a entrega de obras públicas, ou seja, o cidadão comum não tem aí a oportunidade de informar-se a respeito de valores gastos e contratos realizados, por exemplo, ou seja, trata-se mais de um evento meramente voltado para a propaganda política que para a realização de accountability. Outro fato a ser destacado é a baixa frequência obtida pela alternativa internet, tendo em vista que esse meio de comunicação no Brasil tem sido muito utilizado, especialmente pela esfera Federal, para ações de accountability, além de que o seu custo de implantação não se tão elevado.

Na segunda pergunta, avalia-se a relação do nível de transparência da gestão do órgão municipal objeto de estudo, obtendo os resultados elencados a seguir:

Tabela 2 – Avaliação do nível de transparência

Como você julga o nível de transparência da gestão municipal da Prefeitura?		
ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Ruim	37	74
Regular	3	6
Bom	7	14
Ótimo	3	6

Observa-se que a percepção dos entrevistados, em sua maioria, é de que o nível de transparência em, sendo que apenas 20% dos entrevistados consideraram o item bom ou regular, em nossa opinião isso ocorre em razão de termos entrevistados várias pessoas que estão diretamente ligadas à gestão do órgão, portanto, não se obteve resultado diferente, pois caso o percentual dos itens ruim ou regular aumentasse, têm-se os próprios gestores e assessores indicando que não agem com transparência.

Através da próxima pergunta tenta-se extrair a percepção dos entrevistados a respeito de sugestões de melhorias que podem ser incorporadas a gestão para torná-la mais transparente aos cidadãos. Conforme tabela 3 a seguir, verifica-se que há necessidade de maior utilização da informática no processo, tendo em vista que 80% dos entrevistados assinalaram a necessidade de divulgação do orçamento na internet, o que atualmente não é feito e também não é cogitado pela administração municipal, alegando falta de recursos.

No entanto, vê-se que a nível Federal e até mesmo em outros municípios não localizados no Estado do acre, essa ferramenta é bem mais explorada, como exemplo nos municípios do interior baiano, que utilizam essa ferramenta como forma de accountability, sendo, portanto, legítimo esse anseio dos entrevistados, sabendo que com o desenvolvimento da informática nos últimos anos manutenção de um sitio na rede mundial de computadores, não demanda grande quantidade de recursos financeiros, a julgar pela quantidade de pessoas físicas que possuem sítios.

Tabela 3 – Implantação de melhorias no processo

Como poderão ser implementadas melhorias no sentido de dar maior transparência às administrações públicas, especialmente às municipais?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Divulgação do orçamento na internet	40	80
Realização de reuniões periódicas com a sociedade	8	16
Outros	2	4

A quarta pergunta procurou avaliar como ocorre a participação popular na elaboração do orçamento municipal, de acordo com o resultado apresentado na Tabela 4, tem-se que a definição do orçamento ocorre basicamente sem a participação popular direta, tendo em vista ser elaborado pela equipe técnica da Prefeitura e submetido a aprovação popular, via mecanismo legal de representatividade que é a Câmara Municipal, através dos seus vereadores, que aprovam ou não o orçamento para o exercício seguinte. No entanto, considerando que a aliança formada pelos partidos políticos PT, PSB e PC do B, para juntos comandarem a administração municipal, permitiu também a eleição da maioria dos vereadores do município por parte dessa coligação e consequentemente as proposições do executivo geralmente são aprovadas sem ressalvas, inclusive o orçamento. Como é típico das administrações petistas, tem-se que a participação popular de forma mais direta ocorre a partir da realização de reuniões comunitárias, com periodicidade semestral, onde representantes da sociedade civil organizada, podem emitir opinião a respeito da alocação de obras, atividades e/ou recursos para demandas prioritárias do segmento que representa no orçamento, no entanto, não há mecanismo de acompanhamento a respeito da execução dessas sugestões.

Tabela 4 – Participação popular na elaboração do orçamento

De que forma ocorre a participação popular na elaboração do orçamento municipal?		
ALTERNATIVAS	TOTAL	%
De forma indireta, através de representantes eleitos e	45	90
De forma direta através de participação efetiva	3	6
Outros	2	4

A próxima pergunta busca avaliar a percepção dos entrevistados com relação à evolução e implantação ao longo do tempo do conceito de transparência na administração municipal, a partir dos anos 90 e particularmente após o advento da Lei de responsabilidade Fiscal, editada com entre outros o objetivo de dar maior transparência aos gastos públicos.

Verifica-se que 40% dos entrevistados responderam que esse processo vem ocorrendo de forma satisfatória, no entanto, 60% afirmam que o processo ocorre de forma insatisfatória. Nota-se que há uma percepção de melhoria no processo, no entanto, essas melhorias não vêm sendo implantadas com a velocidade desejada pela população, pois ainda, o cidadão comum enfrenta grandes dificuldades para ter acesso às informações orçamentárias e financeiras de um órgão público.

Desta forma, depreende-se que as melhorias ocorrem, mas há necessidade de vontade política para implantá-las com maior velocidade, porém, há um temor generalizado nos administradores, no sentido de que julgam a divulgação das informações de forma clara, como um entrave à realização de cumprimento de acordos e conchavos políticos necessário de serem feitos quando em época de campanha com o intuito de angariar apoio para as eleições e garantir a vitória no sufrágio popular.

Tabela 5 – Evolução da transparência a partir de 1990

Como você analisa a evolução e implementação do conceito de transparência na gestão municipal a partir dos anos 90 e especialmente a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Insatisfatória	30	60
Satisfatória	20	40
Acelerada	0	0

Na tabela 6, verifica-se a avaliação dos entrevistados com relação ao uso por parte da Prefeitura Municipal da ferramenta internet como instrumento de accountability, ou pelo menos de informação a respeito dos gastos públicos, vemos que apenas 4% dos entrevistados entendem como satisfatória a utilização da ferramenta por parte do órgão municipal, por outro lado, 96% assinalaram o contrário, tal percepção se coaduna com o fato de não encontramos na internet sequer um sitio de propriedade da Prefeitura, sob a alegação de que os custos para manutenção são elevados.

Julga-se, portanto, oportuno que o órgão adote medidas saneadoras dessa falha, vez que são simples os procedimentos a serem tomados para tornar públicas as informações orçamentárias e financeiras através da internet (a hospedagem de um site em provedor renomado).

Tabela 6 – Utilização da internet

Como você avalia a utilização da internet pela Prefeitura Municipal como ferramenta para elevação do nível da transparência?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Insatisfatória	48	96
Satisfatória	2	4

No item 7, houve a curiosidade de consultar os entrevistados sobre a possibilidade de um cidadão comum ter acesso ao demonstrativo de execução orçamentária, dado o universo da pesquisa, não surpreendeu o fato de que 60% dos entrevistados assinalarem a alternativa sim, tendo em vista que os membros do

poder executivo e legislativo (entrevistados) realmente possuem acesso direto a esses dados, vez que são eles de que de alguma forma elaboram e aprovam o mesmo, no entanto, a opção por assinalar e a resposta sim, também ocorreu basicamente em razão de que o demonstrativo, em teoria, está acessível a população nos arquivos da Câmara Municipal, que também em tese, são de livre acesso ao público, porém dada a cultura de nossa população, não politizada e a burocracia encontrada para acessar tais informações, conclui-se que tal forma de acesso não chega a ser eficaz, considerando por exemplo, que durante o ano de 2011, nenhum cidadão havia feito a solicitação de vistas ao referido demonstrativo.

Tabela 7 – Acesso do cidadão a informação

É possível ao cidadão consultar o demonstrativo de execução orçamentária (gastos realizados) da Prefeitura Municipal de Brasiléia?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Sim	30	60
Não	20	40

Com relação ao questionamento de número 8, procura-se saber sobre o conhecimento da população a cerca da existência de publicações oficiais que apresentem os dados orçamentários e financeiros da Prefeitura, verifica-se que apenas 20% declararam conhecer alguma publicação oficial, os demais 80% alegam desconhecer quaisquer publicações nesse sentido. Registra-se, portanto, que pesquisando na internet e mesmo em acervos bibliográficos particulares, pertencentes a municípios mais antigos, não achamos qualquer publicação editada a respeito do tema no Estado do Acre, e nem em Brasiléia, as únicas informações disponíveis estão postadas no sitio portal da transparência, pertencente ao Governo Federal.

Tabela 8 – Existência/conhecimento de publicação oficial

Existe alguma publicação oficial que você conheça, disponível ao cidadão que apresente os dados orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Brasília?		
ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Sim	10	20
Não	40	80

Conforme a seguir, verifica-se na tabela 9 os resultados oriundos da indagação aos entrevistados a respeito da existência de informações sobre processos licitatórios e contratos de serviços prestados, incorrendo que tais procedimentos são de vital importância para se medir o nível de transparência de uma gestão, considerando-se, que é a partir dos processos licitatórios e contratação de prestação de serviços que temos a efetivação de saída de recursos públicos para pagamento de prestadores de serviços e fornecedores de produtos, apesar da legislação obrigar os entes públicos a dar ampla publicidade aos processos licitatórios, referido procedimento é feito apenas para cumprir a lei (divulgações oficiais e obrigatórias), no entanto, a população (grande maioria), não tem acesso a esse tipo de informação, nem mesmo depois de transcorrido o processo. Ainda assim, houve um percentual de 30% que afirma estarem disponíveis informações dessa natureza.

Tabela 9 – Informações sobre processos licitatórios e serviços contratados

Há informações disponíveis ao cidadão sobre processos licitatórios e contrato de serviços geridos pela Prefeitura Municipal de Brasília?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Sim	15	30
Não	35	70

Por fim, na perspectiva de se vislumbrar uma variável que remetesse ao futuro, pergunta-se sobre a existência de projetos no sentido de divulgação das informações na internet num horizonte de tempo próximo, para surpresa e na contramão das perspectivas atuais, que são de aumento do nível de accountability

em todas as esferas de gestão, inclusive nas particulares, verifica-se que 70% dos entrevistados responderam que não há projeto com esse objetivo, porém se conversarmos com os gestores e assessores diretos municipais, verificamos um discurso diferente, provavelmente refletindo os outros 20% que afirmam existir projeto. Para a implantação de um projeto dessa natureza bastaria apenas vontade política, pois os recursos a serem investidos seriam mínimos, tanto financeiros quanto de pessoal e essa experiência já foi testada por outros municípios brasileiros.

Tabela 10 – Projeto de utilização da internet para accountability

O Governo Federal, alguns municípios brasileiros, assim como empresas privadas têm optado pela utilização da internet, como forma de prestar contas à sociedade/clientela da utilização dos seus recursos financeiros. A Prefeitura municipal desenvolve algum projeto nesse sentido?

ALTERNATIVAS	TOTAL	%
Sim	10	20
Não	35	70
Desconheço	5	10

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Terminada a pesquisa, abordam-se as principais conclusões, enfatizando que são necessários aprofundamentos no assunto accountability, haja visto que por meio de movimentos dialéticos ocorre a evolução do conhecimento ou seja, acrescentam-se novas idéias.

Houve a tentativa de alcançar respostas de como se processa a accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília e demonstrar em que nível está esse processo no órgão em questão, tais objetivos foram atingidos, apesar de ter havido dificuldade por parte dos atores envolvidos em responder aos questionamentos postos, sob alegação de falta de tempo.

Ao final do trabalho constata-se efetivamente a importância de abordar o tema, já que grande parte da população local, inclusive as pessoas que são responsáveis pelas decisões em nível municipal, com relação à gestão dos recursos públicos, ainda não tem conhecimento do tema, sendo, portanto, a partir dessa ótica, impossível de que ocorra processo satisfatório de accountability, quando não há conhecimento necessário para tal, além disso, o tema é atual e relevante, pois cada vez mais, ocorre maior escassez de recursos e conseqüentemente a boa gestão dos recursos existentes é necessária para o desenvolvimento dos municípios.

Assim, partindo do pressuposto que accountability inicialmente é sinônimo de (prestação de contas), analisa-se o tema buscando enfatizar se ocorre e como ocorre esse processo em uma prefeitura de um município acreano de pequeno porte no caso, Brasília. Infelizmente, em razão dos resultados encontrados afirma-se que esse processo na Prefeitura em questão ainda é muito incipiente, para não dizer praticamente inexistente, sendo adotadas apenas poucas formas de participação popular nas decisões a respeito do destino dos recursos públicos alocados para o município.

Verifica-se que a partir do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001, os gestores foram obrigados e tem optado apenas por cumprir a legislação,

não se importando em dar ampla publicidade ao orçamento da cidade, tanto é que a forma escolhida em Brasília para a prestação de contas seja quase que exclusivamente, além das formas obrigatórias por força de lei, a realização de reuniões para entrega de obras ou equipamentos a sociedade, que mais servem de oportunidade de realização de propaganda política que realização de prestação de contas.

Nota-se ainda que, outro fator que vem sendo negligenciado pela gestão ora pesquisada, como forma de oferecer um processo de accountability mais eficiente para a população, é a ferramenta disponível praticamente a todo o mundo na atualidade, a internet. Observa-se que o próprio Governo Federal tem sido pioneiro na utilização da internet como forma de accountability e transparência na aplicação dos recursos públicos, assim, o município pode se espelhar nessa ação e tomar a iniciativa de elaborar e executar projeto para inserção do orçamento da Prefeitura e seus atos administrativos na rede mundial de computadores, pois desta forma estaria facilitando o acesso da população aos dados que também pertence à própria população, que necessita exercer o controle sobre eles e principalmente sobre os governantes, na tentativa de evitar desperdício de recursos públicos.

Então foi possível verificar ainda, que o cidadão comum, ou seja, aquele que não participa diretamente da administração municipal ou da fiscalização da administração municipal via legislativo, praticamente fica impossibilitado de ter acesso a dados orçamentários e financeiros do órgão, restando apenas a alternativa de procurar a Câmara Municipal, para ter acesso a alguma informação do gênero. Tal fato pôde ser evidenciado durante esclarecimento das informações constantes no questionário aplicado. Desta forma, vê-se que o cidadão de forma escamoteada, embora legal, fica praticamente impedido de exercer controle sobre os recursos públicos, que como o próprio nome diz, é de conhecimento de todos.

No entanto, positivamente percebe-se que apesar de muitos problemas apontados, tornando-os graves; a sociedade local, nota uma evolução no processo de accountability se analisados os dias atuais em comparação à vinte anos atrás, onde houve vários avanços legislativos e também maior nível de conscientização do próprio cidadão em relação ao gasto dos recursos públicos.

Infelizmente, constata-se que o nível do processo de accountability na gestão da Prefeitura de Brasília não está satisfatório, sendo que essa realidade não é exclusividade dos municípios acreanos, pois como afirmou Amaral (2007), quando estudava municípios baianos, “sabemos que a maioria das gestões municipais não tem predisposição para desenvolver a accountability”.

Verifica-se também uma predisposição positiva, embora, barrada segundo os respondentes da pesquisa pela falta de recursos, fato este em discordância da quantia investida necessária para a melhoria do processo, principalmente através da internet, seja de pequeno vulto, se comparado com os benefícios que trará para a sociedade.

Conclui-se, enfim, que a accountability na atual gestão da Prefeitura Municipal de Brasília, apesar de ser a melhor já desenvolvida ao longo do tempo, por força de mecanismos legais, ainda não atende satisfatoriamente as necessidades da população. Desta forma há ainda um longo caminho a ser percorrido para que os três pilares da governança no setor público: Openness, Integrity e Accountability (IFAC apud Matias-Pereira, 2010) sejam aplicados efetivamente nos municípios de menor porte como Brasília.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Santos, **Accountability, Governo Local e Democracia**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Administração. Universidade Federal da Bahia, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1998**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 191-A, de 05 out. 1988.

_____. **Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 05 maio 2000.

_____. **Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 16 de nov. 2011.

CARNEIRO, Carla. **Governança e Accountability: Algumas notas introdutórias..** Disponível na World Wide Web em: <<http://www.ceas.sc.gov.br>. Acesso em 24 de mar. 2011.

CUSTODIO, Marcos Aurelio, et al. Caracterização da governança corporativa no Brasil e a importância da evidenciação nos informes contábeis. **Congresso USP de controladoria e contabilidade**. Disponível em: <http://congressousp.fipecafi.org/artigos62006/354.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2011.

DE AZEVEDO, Sérgio e ANASTASIA, Fátima . **Governança, “Accountability” e Responsividade**. Revista de Economia Política, vol 22, nº 1(85) janeiro-março/2002. Disponível na World Wide Web em: <<http://www.empreende.org.br>. Acesso em 24 de mar. 2011.

FERNANDES, Nirlene A. Carneiro et al. **Governança Corporativa no Contexto Brasileiro: um Estudo do Desempenho da Companhias listadas nos Níveis da BM&FBOVESPA**. XIII SEMEAD- Seminário em administração. Set.2010. . Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/638.pdf>. Acesso em: 25 out. 2011.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato, et al. **Accountability e governo eletrônico: Uma análise sobre a participação popular**. Revista pensamento contemporâneo em administração, Rio de Janeiro, v.5, n. 2, p. 17-32, mai/ago. 2011. Disponível em <http://www.uff.br/pca/index.php/pca/article/view/27/35>. Acesso em 31 out. 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. Revista APGS: administração pública e gestão social, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 110-135, jan./mar. 2010. Disponível em: <www.apgs.ufv.br/artigos/241_80.pdf>. Acesso em: 22 out. 2011.

PINHO, José Antônio Gomes de. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?** RAP- Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v.6 p:1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em : <www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 24 out. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário

PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS – UNB

Preciso de sua ajuda. Estou realizando uma pesquisa para elaboração de trabalho de conclusão do curso de Administração de Empresas, que curso na Universidade de Brasília – UNB, o tema é: Como se processa a accountability na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília. As informações que você fornecer serão úteis para ajudar-me a demonstrar em que nível está a evolução desse processo na gestão da Prefeitura Municipal de Brasília, buscando aperfeiçoar a participação popular na gestão municipal e satisfazer as necessidades e os desejos da sociedade brasileira.

Para facilitar o entendimento, informo que accountability é um termo inglês que em português pode ser traduzido para prestação de contas, no caso de um ente público, a prestação de contas à sociedade dos gastos/investimentos realizados num determinado período (orçamento programado versus orçamento realizado).

Por favor, preencha o questionário abaixo. Não há respostas corretas, nem incorretas, somente suas importantes opiniões. Todas as respostas serão tratadas confidencialmente.

Muito obrigado por sua ajuda.

ASS: EDER DE SOUZA VIANA

1. A administração municipal costuma prestar contas de sua atuação para a sua clientela (sociedade municipal)? Se sim, de que forma isso ocorre, quais dispositivos legais e técnicos utilizado para a realização da prestação de contas?

() Legislação municipal, estadual ou Federal

() Internet

() Publicação de demonstrações contábeis

() Reuniões periódicas com representantes da sociedade

() Outros. Quais? _____

2. Como você julga o nível de transparência da gestão municipal da Prefeitura?

() Ruim

() Regular

() Bom

() Ótimo

Justificativa: _____

3. Como poderão ser implementadas melhorias no sentido de dar maior transparência às administrações públicas, especialmente às municipais?

() Divulgação do orçamento na internet

() Realização de reuniões periódicas com a sociedade organizada

() Outros. Quais? _____

4. De que forma ocorre a participação popular na elaboração do orçamento municipal?

() De forma indireta, através dos representantes eleitos e nomeados

() De forma direta, através de participação efetiva.

() Outras. Quais? _____

5. Como você analisa a evolução e implementação do conceito de transparência na gestão municipal a partir dos anos 90 e especialmente a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal?

() Insatisfatória

() Satisfatória

() Acelerada

Justifique: _____

6. Como você avalia a utilização da internet pela Prefeitura Municipal como ferramenta para elevação do nível da transparência?

() Insatisfatória

() Satisfatória

Justifique: _____

7. É possível ao cidadão consultar o demonstrativo de execução orçamentária (gastos realizados) da Prefeitura Municipal de Brasília?

() Sim

() Não

8. Existe alguma publicação oficial que você conheça, disponível ao cidadão que apresente os dados orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Brasília?

() Sim

() Não

9. Há informações disponíveis ao cidadão sobre processos licitatórios e contrato de serviços geridos pela Prefeitura Municipal de Brasília?

() Sim

() Não

10.O Governo Federal, alguns municípios brasileiros, assim como empresas privadas têm optado pela utilização da internet, como forma de prestar contas à sociedade/clientela da utilização dos seus recursos financeiros. A Prefeitura municipal desenvolve algum projeto nesse sentido?

() Sim

() Não